



## **Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP**

**28 de julho de 2010**

### **Ata – 1ª Reunião Extraordinária**

Às 9:00h do dia 28 de julho de 2010, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, deu-se início a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Diretor-Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro, Luiz Carlos de Miranda Joels.

#### **1. Abertura**

**LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** abriu a reunião, afirmando que o tema específico do encontro seria Manejo Florestal Comunitário e Familiar, a pedido dos Conselheiros. Além disso, informou que a Márcia Muchagata deixou a função de Gerente de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal. Informou também que Jefferson Amaro foi selecionado para ocupar a função. Pediu que os presentes se apresentassem.

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** afirmou que o Manejo Florestal Comunitário é um tema extremamente importante para e que temos que avançar nessa agenda.

**LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** passou para a aprovação da agenda da reunião: a apresentação do Manoel Amaral sobre os contratos entre empresas e assentamentos rurais para a exploração de produtos madeireiros; depois a apresentação do INCRA sobre a sua recente normatização do manejo florestal em assentamentos; em seguida uma proposta do ICMBio para manejo florestal em Resex e FLONAS; e uma apresentação do BNDES sobre os objetivos e funcionamento do Fundo Amazônia em relação ao Setor Florestal. A agenda foi aprovada. Pediu ao Manoel Amaral que faça a sua apresentação.

#### **2. Tema de pauta 1: apresentação do Manoel Amaral sobre os contratos entre empresas e assentamentos rurais para a exploração de produtos madeireiros**

**MANUEL AMARAL NETO (IEB)** se apresentou como gerente do escritório regional da IEB em Belém. Afirmou que o IEB é uma organização da sociedade civil, que desde 1998 está envolvido com o tema de manejo florestal comunitário, se dedicando, juntamente com várias outras organizações, a produzir estudos, colocar os diferentes atores para dialogar, para qualificar e superar os entraves referentes ao Manejo Florestal Comunitário. Apresentou os resultados de um estudo que o IEB realizou, encomendado pelo Serviço Florestal e GTZ, na região da BR-163. O estudo foi financiado pela GTZ e foi coordenado conjuntamente com o Serviço Florestal. Apresentou os principais resultados de dois dos produtos desse estudo, que são os resultados de um levantamento sobre as relações empresas-comunidades na região da BR-163 e entorno. Foi elaborada uma tipologia dos acordos praticados, os diferentes tipos de acordos existentes naquela região.

Afirmou que a área da abrangência do estudo foram 3 Municípios e 16 assentamentos. Foi feito um levantamento junto à Sema, no Pará, onde os planos de manejo estavam, e uma pré-seleção de 17 experiências, e desses, 13 foram considerados como acordos formais, e 4 como acordos informais. Foi feito um contato com as organizações, como comunitárias, e também com algumas empresas. O estudo afirmou que no geral, as comunidades participam muito pouco, a participação do assentado na operacionalização do plano de manejo não se dá, ela fica a cargo da empresa madeireira.

Chamou atenção para discrepâncias que foram constatadas: discrepâncias do ponto de vista do controle e da governança ambiental dentro dos assentamentos. Afirmou que existem casos em que não existe licenciamento, mas tem plano de manejo aprovado, casos em que não existe plano de manejo, planos de desenvolvimento do assentamento, mas existe o licenciamento, etc.

Afirmou que as empresas que executam o plano de manejo. Os assentados ficam com a fiscalização em relação à atividade legal no assentamento, a empresa transfere do ponto de vista contratual essa responsabilidade para os assentados, a manutenção das benfeitorias, todo e qualquer tratamento pós-exploratório e as condições para eleição de Presidente. Afirmou que do ponto de vista contratual, os assentados é quem arcam com as conseqüências, uma fiscalização recai sobre o detentor do plano de manejo, a associação comunitária.

Outra questão que chamou a atenção foi que, no relatório jurídico dos contratos, a legislação agrária não permite a cessão de uso da área, e é o que acontece nos assentamentos de exploração florestal. Citou a questão da nulidade dos contratos, pois não teria como, do ponto de vista legal, esses contratos serem aceitos pelo INCRA. Sugeriu que, para resolver este problema, o INCRA deve planejar uma fase de transição, que envolva a Procuradoria Geral. Assim, afirmou que é preciso um investimento pesado para regularização desses assentamentos, para que eles possam desenvolver as atividades produtivas, entre elas, a atividade de manejo florestal.

Destacou a importância da ação de Governo para suprir necessidades, como procedimentos que estabeleçam condições básicas para o desenvolvimento da atividade madeireira, a normatização sobre os contratos. Também é necessária uma assessoria técnica e jurídica, que possa qualificar a formulação dos contratos. Isso fortaleceria as organizações comunitárias.

Concluiu que, no geral, os contratos e as cláusulas são prejudiciais aos assentados.

Agradeceu pela oportunidade, e se colocou à disposição para perguntas.

**LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** agradeceu Manoel pela excelente apresentação.

**JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** parabenizou Manoel pelo trabalho. Afirmou que ainda não conseguimos viabilizar os meios para que as populações das florestas façam o manejo, que o Estado precisa estar presente, não pode ser omissivo. Além disso, sugeriu que fosse feito um marco regulatório para os contratos, pois sua situação é preocupante.

**GERALDO DIVINO DE ASSIS (IBAMA)** parabenizou Amaral pelo trabalho. Fez três perguntas: como ter maior envolvimento da comunidade; o que é necessário para melhorar o papel do engenheiro florestal em um plano de manejo desses; e se há perspectiva para melhorar a comercialização desses produtos florestais, provenientes de manejo florestal comunitário.

**NILTON BARCELOS (SFB)** afirmou que todos sabem da demora da aprovação do plano de manejo e de UPAs. Perguntou qual é a estratégia da empresa de suprimento de madeira baseado na demora para aprovar a UPA do ano seguinte. Também perguntou se há alguma fiscalização do Ministério do Trabalho.

**LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLOA/FBOMS)** afirmou que o que lhe chamou a atenção foi a preocupação sobre a nulidade dos contratos, pelo fato de ser cessão de uso da área. Destacou que tem algum conhecimento em contratos em relação à empresa-empresa, ou empresa-governo, onde é feita a venda de madeira em pé. Perguntou se isso também caracteriza cessão de uso, ou será que isso seria uma saída para os contratos comunitários.

**MANUEL AMARAL NETO (IEB)** respondeu ao Geraldo afirmando que as conversas não chegaram ao engenheiro florestal, se restringiram às associações comunitárias, e às empresas e os órgãos governamentais.

Respondeu ao Nilton, dizendo que não entende de fiscalização, que o IBAMA poderia responder à questão trabalhista.

Em relação à nulidade dos contratos, respondeu ao Leonardo que a questão central é que da forma como está acontecendo a exploração florestal madeireira nos assentamentos onde a relação da associação se perde no processo de exploração, é onde se caracteriza a cessão de uso. Quem faz todo o processo de intervenção é a empresa, então, isso é caracterizado como cessão de uso. A questão é como que os assentados estão envolvidos operacionalização do plano, porque a legislação agrária não permite terceirização dessa natureza que está acontecendo.

**FANI MAMEDE (CONTAG)** parabenizou Manoel pela competência na apresentação, pelo trabalho, pelo estudo. Perguntou se no relatório citado foram apresentadas alternativas para incentivo à exploração não madeireira, de acordo com as especificidades regionais dos assentados.

**JORGE ALBERTO GAZEL YARED (ABEMA)** parabenizou Manuel pelo trabalho e fez algumas considerações. Perguntou se o estudo poderia tentar avaliar os benefícios indiretos, para tentar realmente dizer qual o valor da madeira que está sendo explorada. Afirmou que, em sua opinião, o aspecto legal dos contratos é um processo transitório e que temos que olhar um aspecto mais global do manejo comunitário, inclusive os aspectos técnicos. Destacou o aspecto institucional, porque trabalha a organização da cadeia produtiva do manejo florestal comunitário. Sugeriu que o Governo elabore uma estratégia institucional para viabilizar cada vez mais o manejo florestal comunitário.

**CELSO PAULO DE AZEVEDO (Embrapa)** parabenizou mais uma vez pela qualidade do trabalho que foi feito pelo IEB. Citou que são poucas as iniciativas de produtos florestais não madeireiros e que foi colocado que o inventário florestal deveria também contemplar a questão do inventário florestal não madeireiro. Afirmou que é necessário empresas interessadas em produtos florestais não madeireiros, para que o inventário possa se concentrar nessa linha de ação. Recomendou trazer um trabalho que vem sendo desenvolvido há quase uma década sob a liderança da Lúcia do Acre, que é o Projeto Camucaia, sobre a questão da metodologia que não temos ainda definida para o inventário não madeireiro.

**MANUEL AMARAL NETO (IEB)** afirmou que foram feitas contribuições para o estudo e que conhece o trabalho da Lúcia. Afirmou também que é fundamental ampliar nesses assentamentos a abordagem de uso múltiplo, incorporando a questão dos não madeireiros.

**VIVIANE ARAÚJO GONÇALVES (GTZ)** fez uma observação referente ao encontro que houve em Santarém, afirmando que foi uma oportunidade onde os assentados conseguiram expressar as inquietudes relacionadas aos contratos e principalmente, ver o quanto esses contratos estão se dando de forma, a maioria deles, de forma injusta.

**LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** agradeceu a GTZ que financiou o estudo.

**CARLOS ADOLFO BANTEL (SBF)** aderiu a parabenização.

**MANOEL CUNHA (Conselho Nacional das Populações Extrativistas)** também parabenizou Manoel. Perguntou se o estudo comparou as normas ambientais exigidas em um plano de manejo e como tem acontecido no mundo real. Perguntou também se o estudo comparou os lugares onde a empresa negocia com a comunidade, com outros assentamentos onde a comunidade vende o produto acabado. Sugeriu que, nos próximos planos de manejo, seja colocado o uso múltiplo da floresta, com os produtos não madeireiros.

**JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** sugeriu que o Governo deve dar um marco regulatório, uma referência para comunidade nos moldes da Lei de gestão de

florestas pública, no molde do processo de concessão. Sugeriu uma forma de contrato do INCRA, ou do Serviço Florestal, para dar base a comunidade. Assim, o Serviço Florestal teria que fazer inventário nessas áreas de florestas comunitárias do assentamento. O INCRA teria que fazer uma Instrução Normativa, não permitindo contratos que não seguissem as normas estabelecidas, dando base legal para tirar da mão do atravessador.

**O SR. MANOEL CUNHA (Conselho Nacional das Populações Extrativistas)** afirmou que os assentados propuseram a criação de uma Comissão, a fim de participarem das propostas do INCRA, da implementação, da formulação das instruções normativas. Destacou a existência de problemas nos assentamentos, relativos a planos de manejo sendo desenvolvidos não de acordo com as normas ambientais. Pediu para a CGFLOP encaminhar as propostas com o objetivo de resolver tais problemas.

**LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** agradeceu Manoel e afirmou que a importância e o valor do trabalho apresentado podem ser medidos pelo grande número de convidados presentes e pelo grande número de perguntas. Passou a palavra para Castanheira.

**FERNANDO CASTANHEIRA NETO (FNABF/CNI)** levantou uma questão de ordem. Afirmou que a CGFLOP já tem trabalhado há um tempo com manejo florestal comunitário, mas é necessário trazer para a Comissão propostas concretas para serem discutidas. Sugeriu que nos temas discutidos, venha incorporado um documento, uma proposta a ser discutida.

**LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** afirmou que Castanheira tem razão, mas existem temas que não podem ser apresentados em formato de norma. Sugeriu que podem ser formados alguns Grupos de Trabalho, em 4 blocos: 1- preparação do assentamento para ter manejo florestal; 2- preparação do assentado, da organização; 3- relações comerciais, contrato, preço, etc.; 4- normas técnicas. Em seguida, pediu ao Cadu para fazer a apresentação.

### **3. Tema de pauta 2: apresentação do INCRA sobre a Instrução Normativa 61**

**CARLOS EDUARDO PORTELA STURM (INCRA)** fez uma apresentação sobre a Instrução Normativa 61. Contextualizou a norma, expôs os problemas, as dificuldades, aquilo que os setores identificaram como preocupações e também o que o INCRA está fazendo para resolver tais questões.

Afirmou que uma das preocupações é que a norma diz que o INCRA tem que dar anuência a PAT e ao plano de manejo, além de ter a responsabilidade de protocolar desse plano de manejo. Outra preocupação é a questão da terceirização, que só seria possível se entendida como auxílio de terceiros.

Destacou que é possível a terceirização parcial, quando a comunidade fica com a gestão e faz uma parceria com uma entidade privada. Isso ocorre porque a maioria das comunidades não tem capacidade de executar todas as atividades inerentes à cadeia produtiva do manejo florestal. A gestão deve ser da comunidade, que depende de capacitação, de assistência técnica, de assistência jurídica. Afirmou que a terceirização é vedada.

Outra questão apresentada foi a adequação do plano de manejo e dos contratos. Afirmou que será feito um diagnóstico das reais necessidades de adequação dos planos de manejo, já protocolados e os em execução. Após, será construído construir um instrumento, que poderá ser um acordo ou um termo de compromisso, em que os atores farão a transição gradual para que o plano de manejo se adéque a norma.

Colocou-se à disposição para perguntas e esclarecimentos.

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** esclareceu que as normas citadas não criam nenhuma obrigação para OEMA e que o IBAMA não analisa plano de manejo florestal em assentamento. No entanto, essas normas criam obrigações, vincula atos do IBAMA.

**FERNANDO CASTANHEIRA NETO (FNABF/CNI)** afirmou que percebe uma grande carência de pessoas dentro do INCRA com conhecimento na área de manejo, o que é

fundamental para gerenciar esse sistema. Perguntou o que o INCRA pretende fazer para capacitação dentro do órgão para análise de plano de manejo,

**FANI MAMEDE (CONTAG)** manifestou sua insatisfação em relação à elaboração da norma discutida sem a participação das lideranças dos assentados, considerando que os engenheiros florestais não são os legítimos representantes dessas comunidades. Também afirmou que não podemos tentar resolver os problemas burocratizando o processo e punindo de outra forma as comunidades dos assentados.

**CARLOS EDUARDO PORTELA STURM (INCRA)** respondeu às perguntas, afirmando que, em relação à análise do plano, o INCRA não vai analisá-lo qualitativamente, vai analisar somente alguns documentos. Em relação à outra questão, à assistência técnica e capacitação, o trabalho do INCRA não tem um direcionamento para a questão florestal, é mais agrícola mesmo. No caso do IBAMA, afirmou que irá recepcionar a proposta de trazer o IBAMA para as discussões.

Afirmou também que concorda com a Sr<sup>a</sup> Fani, que as comunidades devem ser ouvidas.

**LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** destacou que o Serviço Florestal e a CGFLOP aprenderam o imenso valor da Consulta Pública, que serve para aprimorar os processos e validá-los.

**LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLORA/FBOMS)** perguntou qual será o passo a passo para resolver a situação dessa safra.

**NILTON BARCELOS (SFB)** afirmou que deveriam ter sido consultados engenheiros florestais da caatinga do nordeste para a construção da norma, pois um artigo afirma que o manejo florestal madeireiro em projeto de assentamentos somente se dará de sob-regime de impacto reduzido, o que não cabe para a caatinga. Esta questão precisa mudar.

Também sugeriu uma revisão do art. 20, que diz que o requerente deverá apresentar ao INCRA o plano de manejo e os seus documentos nas seguintes formas, em e-mail digital e em forma impressa, pois isso é aumentar o processo.

Destacou que possuem 14 assentamentos recebendo assistência técnica em manejo florestal comunitário na Paraíba, contratados pelo Serviço Florestal Brasileiro.

**CLAUDIA AZEVEDO RAMOS (SFB)** afirmou que a discussão só está vendo uma ponta do iceberg, porque está olhando uma regulamentação e uma questão de contratos entre empresa e comunidade. Destacou que existem muitas questões envolvidas nesse tema, que não conseguimos implementar o manejo florestal de fato. Afirmou que estamos precisando, no caso do manejo florestal comunitário, não é mudar uma regulamentação, não é mudar uma questão do contrato empresas comunidades, estamos precisando de uma reforma total.

**FANI MAMEDE (CONTAG)** afirmou que a Cláudia está coberta de razão, que a questão é muito ampla e exige de nós mais atitude. Solicitou o encaminhamento pela CGFLOP do pedido de revisão da norma da Instrução Normativa do INCRA, uma revisão com consulta.

**CARLOS EDUARDO PORTELA STURM (INCRA)** respondeu ao Leonardo dizendo que os assentados não perderão a safra.

Ao Nilton, ele afirmou que teve representantes de cada bioma, inclusive da caatinga. Na reunião do Comitê Gestor do Programa Nacional de Manejo Florestal, foi apresentada a norma e discutidas ponto a ponto as sugestões do Serviço Florestal, uma delas é a questão do impacto reduzido. Afirmou que isso deve ser modificado: impacto reduzido para a Amazônia, para os outros biomas o que cada legislação permite. Em relação à outra questão, do protocolo, não é o INCRA que está querendo protocolar, são normas do Ministério e do IBAMA que dizem que o INCRA deve protocolar.

**O SR. LUIZ CARLOS DE MIRANDA JOELS (SFB)** fechou a parte da manhã.

*(Intervalo para o almoço).*

**NÃO IDENTIFICADO** deu prosseguimento à primeira Reunião Extraordinária da CGFLOP, e afirmou que o primeiro tema da tarde é uma proposta do ICMBio para uma Instrução Normativa para manejo florestal madeireiro em Unidades Conservação de uso direto.

#### **4. Tema de pauta 3: apresentação ICMBio sobre proposta de instrução normativa.**

**DANIEL (ICMBIO)** se apresentou como Coordenador Geral do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pelo macroprocesso de populações tradicionais. Afirmou que seria apresentado um trabalho bem preliminar, um texto preliminar da proposta de instrução normativa.

Apresentou o texto que disciplina as diretrizes, critérios e procedimentos para a exploração comercial de recursos madeireiros através do manejo florestal comunitário executado por população tradicional em Unidades de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional.

Após a apresentação abriu para perguntas.

**FANI MAMEDE (CONTAG)** afirmou que a IN não fala de agricultor familiar, entendendo agricultor familiar também como populações tradicionais. Afirmou que deveria caber a lei da agricultura familiar. Perguntou como o ICMBio vai identificar agricultor familiar, já que eles são cadastrados pelo INCRA. E citou outra questão, afirmando que na Instrução Normativa a atividade de manejo será permitida à família que está lá. Perguntou o seguinte: para atividade de manejo a família pode pedir autorização e fazer o plano, mas para comercialização, é somente por meio de associação e cooperativa?

**JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** afirmou que se nós quisermos que as Unidades de Conservação sejam uma unidade que gere benefícios na própria manutenção da floresta e para as populações que lá vivem, temos que ter alguns cuidados, não limitar as parcerias com o setor empresarial. Destacou que é muito perigoso acharmos que o conceito do comunitário é ser o mais primitivo possível. O comunitário tem que ser o mais moderno.

**LEONARDO SOBRAL (IMAFLOA/FBOMS)** destacou também a limitação de maquinário e volume, afirmando que é necessário pensar na viabilidade econômica do manejo florestal comunitário e nós não vamos conseguir uma viabilidade econômica com estas limitações. Perguntou sobre a possibilidade de terceirização de algumas atividades do manejo. Também perguntou o porquê do artigo que fala que o chefe da unidade pode cancelar tanto a AUTEX como o plano de manejo, delegar esse poder tão grande ao chefe da unidade.

**DANIEL (ICMBIO)** respondeu, em relação à agricultura familiar, que primeiramente deve-se obedecer ao plano de manejo da Unidade de Conservação. Somente de acordo com o zoneamento da unidade é que o ICMBio pode identificar qual comunidade de agricultores familiares que têm condições de usar o recurso que está na unidade de conservação.

Afirmou, em relação à identificação das famílias que se encaixam no perfil da lei da reforma agrária, que o ICMBio não diria quem são essas famílias, não é sua competência. No entanto, pensando numa possibilidade de destinação não onerosa, o Instituto Chico Mendes teria a responsabilidade de identificar qual comunidade seria passível de receber essa destinação.

Em relação ao manejo familiar, afirmou que o que tem sido colocado até agora é que não existe viabilidade econômica dentro de um espaço utilizado por uma família tradicional, fazer manejo dentro da área que somente ela utiliza. Então, o manejo seria encaminhado de forma comunitária.

Sobre a pergunta do Leonardo, afirmou que quem responde por qualquer coisa na gestão de Unidades de Conservação, a priori, é o chefe da unidade.

**MANUEL AMARAL NETO (IEB)** parabenizou a iniciativa do ICMBio. Perguntou até quando as comunidades das Unidades de Conservação vão ficar reféns da existência do plano de manejo. Afirmou que o cancelamento de um plano de manejo não deve ser associado ao chefe da UC, mas o poder deve ser do Conselho Deliberativo. Em relação a equipamentos utilizados e quantidades retiradas, afirmou que a CNS deveria discutir o assunto com mais calma.

**CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF)** sugeriu que o ICMBio fizesse uma reunião com especialistas da área de ensino e pesquisa e os moradores, onde houvesse um nivelamento de legislação e abertura para contribuições. Sugeriu que o material apresentado deve ser distribuído e deve haver um prazo para contribuições.

**GERALDO DIVINO DE ASSIS (IBAMA)** afirmou que o IBAMA está apto a recepcionar e contribuir com o processo. Em relação à mecanização para o arraste de toras, lembrou que a Instrução Normativa nº 5 do MMA contempla essa modalidade de manejo.

**DANIEL (ICMBIO)** afirmou que, em relação ao plano de manejo, ele não trava as atividades já tradicionalmente desenvolvidas pelas comunidades. Afirmou que as sugestões sobre o chefe da UC e o Conselho Deliberativo serão discutidas. Em relação à utilização de madeira para instalação, afirmou que o ICMBio está juntamente com o INCRA trabalhando uma espécie de cartilha que fale sobre quais são as formas de construir a casa. Sobre a reunião com especialistas, disse que sente a necessidade da reunião. Após, agradeceu a todos.

**NÃO IDENTIFICADO** perguntou qual o prazo para o ICMBIO apresentar a proposta final.

**DANIEL (ICMBIO)** afirmou que a previsão é setembro.

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** tratou dos encaminhamentos sobre a questão do manejo comunitário. O primeiro seria o encaminhamento de revisão da Instrução Normativa 061/2010 do INCRA com amplo processo participativo. O outro encaminhamento é a revisão das Instruções Normativas do IBAMA, a 075/2005 e a 04, e a verificação no que diz respeito às exigências de anuência para PAT e plano de manejo. O terceiro encaminhamento é o Instituto Chico Mendes ajustar a minuta e disponibilizar no mês de agosto para consulta pública. Dessa forma, em setembro haverá reuniões internas técnicas para a discussão das contribuições. Destacou a importância de sugestões para a transição das obrigações que a IN do INCRA criou com relação aos projetos de assentamentos em andamento. Afirmou a necessidade dos encaminhamentos gerarem conseqüências ainda este ano, como no caso da preparação do projeto de assentamento para ter manejo florestal, a infra-estrutura, a questão fundiária e a ambiental.

Em relação às normas técnicas não madeireiras, o Serviço Florestal Brasileiro vai coordenar o processo de elaboração de consultas e de discussão desse tema.

Sugeriu que fossem priorizados os dezessete assentamentos onde foram feitos os trabalhos do IEB, para criar modelos de assentamento. Deve haver um esforço para a preparação deles, priorizar infraestrutura, priorizar a regulação fundiária, priorizar a questão ambiental, priorizar a transição dos contratos.

**JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** – sugeriu outro encaminhamento, que seria uma reunião com o presidente do INCRA.

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** afirmou que a sugestão de Rubens é fundamental. Afirmou que o Serviço Florestal irá organizar essa reunião com a presidência do INCRA, e sugeriu a presença de um membro do MDA.

## **5. Tema de pauta 4: Apresentação BNDES sobre Fundo Amazônia e financiamentos florestais**

**EDUARDO BRASIL (BNDES)** se apresentou como funcionário do departamento de gestão do Fundo Amazônia, da área de meio ambiente do BNDES. Fez uma apresentação institucional do Fundo Amazônia, o que é, como foi criado, o que apóia, o que já foi apoiado.

Destacou o que pode ser apoiado pelo Fundo Amazônia, que se divide em quatro grandes áreas: áreas protegidas, desenvolvimento institucional, atividades produtivas sustentáveis, e desenvolvimento científico e tecnológico. Afirmou que o Fundo Amazônia já teve cinco projetos aprovados.

Após, o Fernando falou de outras linhas de financiamento florestal do BNDES.

**FERNANDO (BNDES)** se apresentou como gerente do Departamento de Operações da Área de Meio Ambiente do BNDES. Afirmou que a área de meio ambiente é uma área bem recente no banco, foi criada no início do ano passado e possui alguns focos de atuação. Afirmou que o setor florestal é um dos setores com os quais estão trabalhando, além do setor de resíduos sólidos e de energia renovável.

Afirmou que o departamento fez estudos sobre o setor florestal para criar produtos financeiros ligados ao setor. Destacou que a questão da área de floresta plantada no Brasil tem um crescimento potencial muito grande comparativamente às demais culturas no país. O BNDES quer trazer os investidores institucionais para investir em ativos florestais.

Dividiu a atuação do banco em três grandes grupos: o financiamento, a participação acionária e os FIPs (Fundo de Investimento). Afirmou que o BNDES Florestal tem como objetivo principal reduzir a pressão sobre a floresta nativa quando tiver próxima da indústria de ferro-gusa. Além disso, também financia reflorestamento de áreas degradadas ou convertidas ao manejo florestal. Sobre a parte de participação acionária, afirmou que o BNDES tem um braço de participação acionária que é um dos maiores do Brasil, BNDESPAR. Também possui Fundos de Investimentos de ativos florestais, que são participações essencialmente de investidores institucionais em o que banco seleciona um gestor terceirizado e atua juntamente com o Fundo de Pensão.

Destacou que o Banco ainda investe pouco no setor, mas a tendência é aumentar muito os investimentos nos próximos anos. Agradeceu a todos pelo convite.

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** agradeceu aos colegas do BNDES pelas duas exposições e abriu para perguntas.

**CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF)** perguntou se as entidades profissionais estão contempladas como beneficiados que poderão apresentar projetos e obter recursos.

**EDUARDO BRASIL (BNDES)** afirmou que o Decreto é bem amplo sobre quem pode receber recurso. Disse que em teoria não tem nada que impeça que as entidades profissionais sejam beneficiadas, mas devem seguir os critérios.

**NILTON** perguntou sobre os 20% do Fundo Amazônia para outro biomas para monitoramento.

**EDUARDO BRASIL (BNDS)** respondeu que o Decreto de criação do Fundo Amazônia autorizou até 20% dos desembolsos para serem feitos em outros biomas ou até outros países, mas exclusivamente na área de monitoramento.

**MANOEL CUNHA (CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS)** afirmou que as instituições de populações tradicionais se encaixam nos objetivos do Fundo, mas não possuem corpo técnico para elaborar um projeto na altura das exigências do banco. Assim, perguntou se há esse reconhecimento no Banco para minimizar a burocracia para uma instituição de base.



**EDUARDO BRASIL (BNDES)** afirmou que o BNDES reconhece isso. A cobrança de incluir instituições que não possuem capacidade técnica também vem do COPA, o comitê orientador, e da sociedade. O BNDES está trabalhando junto com o COPA para estabelecer um procedimento para inclusão dessas entidades que não têm a capacidade técnica, mas tem a representatividade, tem a função social e ambiental. Afirmou que em breve terá uma forma especial de apoio para pequenos projetos ou pequenas entidades.

**VILMAR KANZLER (CONTICOM)** perguntou se é possível o financiamento para ONGs, se existem critérios para estas organizações. Também perguntou se existem limites mínimos de financiamento.

**EDUARDO BRASIL (BNDES)** respondeu que não existem critérios pré-estabelecidos para ONGs. O que é analisado no projeto é a capacidade da ONG de receber os recursos, administrar os recursos, executar o projeto e prestar contas. Em relação ao limite mínimo, respondeu que não existe esse limite, mas hoje é impossível fazer pequenos projetos porque não existe um processo específico para eles. O BNDES está trabalhando para viabilizar pequenos projetos.

**CÁSSIO TROVATO (MDA)** perguntou se há a possibilidade de uma discussão do instrumento que está em elaboração para contratação de pequenos projetos, onde que está sendo discutido e se vai haver possibilidade de uma consulta.

**EDUARDO BRASIL (BNDS)** afirmou que existe a discussão com o comitê. O COFA nomeou um subgrupo para discutir o assunto porque a reunião do COFA é uma reunião muito grande.

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** sugeriu encaminhar uma recomendação para o BNDES, para o COFA e para o subgrupo, no sentido de que haja consultas públicas na região amazônica, em relação à questão dos pequenos projetos.

**EDUARDO BRASIL (BNDES)** afirmou que levará essa informação, mas o COFA não é um comitê do BNDES. O BNDES é um participante do COFA. O COFA que é a autoridade para aceitar ou não.

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** agradeceu ao Fernando e Eduardo, a apresentação foi muito importante pela questão do financiamento na área florestal. Afirmou que foi ótima a reunião. Agradeceu a todos e encerrou a reunião.